

Educação sem Doutrinação: Liberdade, Verdade e Proteção à Infância como Fundamentos do Ensino

A universidade e a escola brasileiras, historicamente, sempre foram espaços de pluralidade de ideias, pensamento crítico e liberdade acadêmica. Entretanto, nos últimos anos, temos assistido à crescente e preocupante tentativa de aparelhamento ideológico desses espaços, resultando em ambientes muitas vezes hostis a visões conservadoras ou alinhadas a valores tradicionais.

Não podemos negar que há, em diversas instituições, professores, grupos e entidades que instrumentalizam o ambiente educacional para difundir suas convicções políticas e ideológicas, muitas vezes em detrimento do ensino objetivo e plural. Alunos relatam perseguições veladas, constrangimentos públicos ou a imposição de conteúdos que ultrapassam o campo do saber técnico, adentrando o terreno da militância partidária. Essa prática fere o princípio da liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento, previsto na Constituição Federal, e compromete a essência democrática do espaço educacional.

Um dos pontos mais sensíveis dessa doutrinação é a chamada ideologia de gênero. Temos visto tentativas de inserir, sobretudo no ensino fundamental, conteúdos que buscam relativizar conceitos biológicos e familiares consolidados, muitas vezes sem o consentimento ou sequer o conhecimento dos pais. Há materiais didáticos, palestras e atividades que expõem crianças e adolescentes a temas e imagens inadequados à sua faixa etária, sob o pretexto de “educação sexual” ou “diversidade”. Tais conteúdos não apenas afrontam a autoridade familiar, mas colocam em risco a saúde emocional e psicológica das crianças.

A defesa da infância deve ser absoluta e inegociável. Crianças não podem ser alvo de experimentações sociais ou de disputas ideológicas. A Constituição é clara ao afirmar que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito, e à preservação de sua identidade, inclusive no âmbito moral e ético. A proteção da infância não é discurso de ódio ou intolerância — é um princípio civilizatório.

Sob o governo do presidente Jair Bolsonaro, houve avanços significativos na tentativa de trazer luz a essas questões. Medidas que visaram coibir abusos em materiais didáticos, fortalecer a participação dos pais no processo educativo e resguardar valores da família foram frequentemente demonizadas por setores da sociedade. Entretanto, tais iniciativas precisam ser reconhecidas como esforços legítimos para assegurar a liberdade de consciência, a preservação dos valores culturais e a proteção da criança e do adolescente.

Nossa tese, portanto, defende que:

1. A educação deve ser livre de doutrinação ideológica, seja ela de esquerda ou de direita, priorizando o ensino técnico, científico e humanístico de forma plural, equilibrada e objetiva.
2. A ideologia de gênero não deve integrar conteúdos pedagógicos obrigatórios, principalmente no ensino básico, respeitando o direito dos pais à educação moral e sexual de seus filhos.
3. A proteção da infância deve ser absoluta, e qualquer política educacional deve zelar, prioritariamente, pelo bem-estar emocional, físico e psicológico das crianças.
4. O ambiente universitário deve acolher as vozes conservadoras, garantindo o verdadeiro pluralismo de ideias, sem constrangimentos, censuras ou perseguições disfarçadas de “combate à desinformação”.

Reafirmamos nosso compromisso com a liberdade, a verdade e o direito das famílias de educar seus filhos conforme suas convicções. Queremos uma educação forte, baseada em conhecimento real, capaz de preparar cidadãos livres, críticos e responsáveis — não militantes de qualquer ideologia.

Convidamos todos os estudantes a refletir profundamente sobre o papel da universidade e da escola. Que defendamos juntos uma educação sem doutrinação, onde a verdade, a ciência e o respeito às famílias sejam os pilares do futuro do Brasil.